

CRESCIMENTO ECONÔMICO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: COMO CONCILIÁ-LOS NA ERA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

Kendra Camacho, PET-IRI/PUC-Rio

Briefing 2019.1

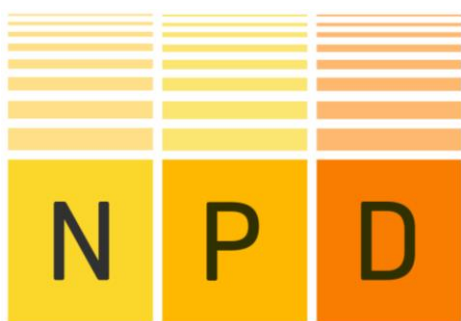
NÚCLEO DE PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO

O Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento (NPD) corresponde a uma das linhas de pesquisa do Programa Tutorial de Ensino (PET) do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio. O NPD foca na atuação do Brasil na ampla área de desenvolvimento internacional, com especial atenção para a interseção entre políticas públicas e Relações Internacionais.

Contato

+55 (21) 3527-1557

www.iri.puc-rio.br
www.pet-iri.com



Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento



RESUMO

O presente Briefing busca analisar projetos sustentáveis do setor privado que, com base na Agenda 2030, estão agindo na tentativa de modificar o cenário de grave crise ambiental global, sendo capazes de conciliar o crescimento econômico e a preservação ambiental. A Agenda 2030, ao propor um plano de ação para diversos atores como indivíduos, Estados e empresas, estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para alcançar um mundo que priorize não só questões econômicas mas também ambientais e sociais.

Introdução

Diagnósticos críticos sobre os problemas ambientais globais já foram feitos. Mesmo assim, ações contra a preservação ambiental continuam ocorrendo. O contexto é de uma grave crise ambiental. Intervenções antropogênicas vem gerando problemas como o aquecimento global, a crise hídrica e a destruição da biodiversidade. O Início desse panorama se instala com a intensificação do sistema capitalista, pautado no crescimento econômico que não leva outros fatores em conta, como o ambiental e o social. Busca-se a expansão de bens e serviços e a acumulação do capital.

A mudança dessa perspectiva começa a ocorrer na década de 70, quando a questão da preservação ambiental começa a ganhar importância com estudos do Clube de Roma e com a Conferência das Nações Unidas sobre

Meio ambiente e desenvolvimento (1972). Nessa convenção o conceito de desenvolvimento foi discutido pela primeira vez, até haver a criação, em 1991 do conceito desenvolvimento sustentável. Esse conceito serviu para buscar equilibrar as dimensões ambiental, social e econômica, com o objetivo de alcançar as necessidades no presente sem comprometer as capacidades futuras. Para tornar mais tangível o alcance dessa proposta, a ONU criou a Agenda 2030 com 17 objetivos de desenvolvimento sustentável como legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A agenda é um plano de ação para os diversos atores como os Estados, os indivíduos e as empresas.

Este último conjunto de atores é um dos grandes agentes no alcance dos objetivos visto que, no caso das economias menos desenvolvidas, como o Brasil, o setor privado responde por 60% da atividade econômica, 90% dos empregos e 80% das entradas de capital. Além disso, empresas que priorizam a sustentabilidade são grandes negócios, segundo Achim Steiner, administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O setor privado, hoje, já está atuando na aplicação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e muitas empresas vem, inclusive, se tornando signatárias do Pacto Global (UN Global Compact).

Portanto, pensando nas empresas como atores inseridos na lógica capitalista, e, ao mesmo tempo, como atores que vem buscando aderir aos Objetivos de Desenvolvimento sustentável e, portanto, vem mudando a ideia do crescimento econômico descolado de padrões éticos como os de preservação ambiental, a presente pesquisa busca compreender como é possível, na era do desenvolvimento sustentável, conciliar crescimento econômico (objetivo 8) e preservação ambiental (objetivos 7, 11, 12 e 13).



Para isso, serão analisados três casos de empresas participantes do Pacto Global e que vem buscando, portanto, contribuir para o alcance dos objetivos de Desenvolvimento sustentável. Os casos explorados serão o gerenciamento de resíduos da Klabin; o projeto de eficiência energética da EDP; e a iniciativa de produção de energia limpa com o Biogás, da Estre Ambiental. Assim, a partir desses casos, essas empresas podem atuar como vitrine para outras ou para uma nova geração de negócios, como afirmou Chris Coulter, CEO da empresa GlobeScan.

Crescimento econômico e desenvolvimento sustentável: uma análise teórica e crítica

A fim de compreender como se desdobrou o panorama da degradação ambiental vivenciado hoje, é necessário que alguns conceitos sejam abordados. São eles crescimento econômico, desenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Todos eles estão relacionados com o uso de recursos naturais pelo homem, e conseqüentemente, aos impactos ambientais gerados por essa exploração.

O crescimento econômico costuma ser definido como um aumento dos bens e serviços produzidos por uma economia em um determinado período de tempo (Victor, 2016, p. 99). O medidor desse crescimento se dá por meio do PIB (produto interno bruto). A busca desenfreada por esse crescimento foi intensificada após a Revolução Industrial (Meadows et al., 1972 apud Perico et al 2011), e desde então economistas como Smith, Ricardo e Rostow ressaltaram diferentes aspectos do crescimento, como a divisão do trabalho, a ampliação de mercados, o comércio exterior e as etapas do crescimento. Na década de 50, um novo aspecto ganha destaque pelos economistas: o investimento, que geraria crescimento econômico através da acumulação de capital (Victor, 2016, p. 100).

Essa acumulação e expansão do capital ocorre em decorrência de modos de produção que demandam alto consumo de recursos e que transformam esses recursos, ao negociá-los nos mercados internacionais, em objeto de acumulação financeira: eis a perversa “financeirização da natureza”. (Acosta e Brand, 2018 Apud Tricarico e Loschmann, 2012; Brand e Wissen, 2014; Kill. 2015, pg 62). Portanto, a base do conceito de crescimento econômico está pautada no sistema capitalista, que busca a acumulação de capital e possui dinâmicas de competição, exploração, lógica expansionista, (Acosta e Brand, 2018, p. 26).

O problema é que o planeta não é ilimitado e aquilo que chamamos de pegadas ambientais do homem¹, são hoje cada vez mais evidentes, e pode-se perceber que a biosfera não está sendo capaz de suportar esse vetor expansivo do capitalismo (Marques, 2015). Assim, aumentos no PIB podem se dar à custa do esgotamento de recursos e da contaminação ambiental, além do aumento das desigualdades. (Victor, 2016, p. 102).

Era necessário, então, pensar de forma mais ampla sobre o futuro do mundo, pensar o seu desenvolvimento não só a partir de uma lógica econômica, que desconsidera que os recursos naturais são finitos, mas também a partir da busca do progresso social e da preservação ambiental. O desenvolvimento passou a ser discutido quando se observou esse desequilíbrio entre crescimento econômico e expansão tecnológica de um lado, e falta de consciência dos recursos humanos e materiais de outro. Assim, com o

¹ Marca que o homem deixa na estrutura da atmosfera.

surgimento da ONU e com o contexto degradante do pós-guerra, o ano de 1945 se constituiu no marco inicial do processo de discussão e busca do desenvolvimento (Oliveira 2002, Apud Perico, 2011).

Nesse contexto, a preocupação ambiental, ganha destaque em 1972, no relatório mundialmente conhecido “The limits to Growth”, resultado de estudos do Clube de Roma, formado por cientistas, intelectuais e empresários, tendo “precioso apoio do MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), que deu suporte científico para afirmar categoricamente que há limite para o crescimento”. Para autores como Sachs (2004) a preocupação ambiental tornou-se determinante para uma nova definição do termo desenvolvimento com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo no ano de 1972. Aqui, buscou-se o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, que irá, futuramente, originar o conceito desenvolvimento sustentável. Foi em 1991, com a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, através do Relatório Brundtland que o conceito desenvolvimento sustentável² foi abordado.

Apesar de uma proposta aparentemente mais abrangente e justa para o desenvolvimento, o conceito também recebe críticas:

“a preocupação central da política ambiental, sob a égide do conceito de desenvolvimento sustentável, tem sido a de assegurar a gestão internacional dos principais ecossistemas, com o objetivo de garantir a durabilidade e disponibilidade de importantes estoques de recursos naturais funcionais ao desenvolvimento econômico, para assegurar àqueles povos que são privilegiados em seu desenvolvimento social, a manutenção de seus níveis de desenvolvimento e consumo.” Fernandes (2003)

Assim, sob a ótica da autora, a busca pelo desenvolvimento sustentável, como hoje é trabalhada, trata então de uma forma de monitorar, gerir e controlar os estoques de recursos naturais, elaboradas e implementadas a partir de países do Norte. (Matos, 2010). Isso porque, em resumo, os países “desenvolvidos”, em sua maioria, são importadores de natureza e os subdesenvolvidos, exportadores de natureza (Acosta e Brand, p.38)

A partir da análise dos conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento, torna-se relevante entender a diferença entre eles. Os objetivos do desenvolvimento vão além da mera multiplicação da riqueza material. “O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente, para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos” (Sachs,2004, p. 13 apud Matos). Assim, o

² O conceito foi definido como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades.” (Matos, 2010). Sobre o conceito “sustentabilidade”, que acompanha a ideia de desenvolvimento, ele pode ser definido como conceito multidimensional onde os aspectos econômicos, sociais e ambientais devem ser levados em consideração. (Pope et al., 2004).

crescimento pode ser avaliado como um dos pontos que estão incorporados no desenvolvimento mas que não é suficiente para se alcançar uma “vida melhor” porque o conceito de desenvolvimento sustentável é formado pelo tripé eficiência econômica, conservação ambiental e equidade social e assim, essas categorias não podem funcionar separadamente e sim em harmonia. O que ocorre, entretanto, na prática, é que as preocupações com o meio ambiente apareceram muito tardiamente e sempre estiveram subordinadas aos objetivos do crescimento econômico. (Schneider et al. (2010) apud Perico, 2011).

Não se pode negar, entretanto, que apesar das críticas ao desenvolvimento sustentável, as suas ambições são de extrema relevância visto que buscam de fato um equilíbrio entre economia, meio ambiente e sociedade. O conceito de desenvolvimento é também importante porque

“é um instrumento para avaliar o passado já que sem ele, é como se jogássemos fora o termômetro para medir o doente e segundo, porque se queremos construir novos paradigmas, precisamos de um marco conceitual para construção desses novos paradigmas e da proposta e definição de projetos nacionais baseados numa estratégia de desenvolvimento (Sachs, 2007, p.28).

Assim, a presente pesquisa almeja analisar a questão ambiental na era do desenvolvimento sustentável, buscando avaliar a relação entre duas partes do tripé: a econômica e a ambiental para mostrar como é possível conciliar o crescimento econômico e a preservação ambiental.

Meio Ambiente e ODS

A grande intervenção antropogênica no meio ambiente gerou e vem gerando problemas como o aquecimento global, a crise hídrica, a desertificação e esterilização do solo, a destruição da biodiversidade, a poluição dos oceanos. Essas questões ocorrem, devido à alta produção das grandes corporações e aos padrões de consumo da população, que aumenta cada vez mais. Assim, observando que a questão ambiental é um problema global, a busca por mudanças deve ocorrer por meio da cooperação internacional, de mudanças vindas de corporações e por ações individuais do dia-a-dia que busquem a diminuição do consumo.

Uma das ações humanas mais destrutivas é a produção de energia pela queima de combustíveis fósseis (gás, petróleo e carvão mineral) que produz CO₂, aquece a terra, muda o clima e produz situações de seca e fome em várias partes do mundo, sobretudo nos países mais pobres. Aqueles que detêm uma qualidade de vida altamente consumidora de energia e recursos naturais, como os norte-americanos e europeus, não estão dispostos a abdicar de seu estilo de vida, e os asiáticos, na frente os chineses, caminham céleres para alcançar o mesmo padrão de consumo. Os latino-americanos e

africanos que ainda não acederam a esse padrão de vida se sentem no direito de fazê-lo (Becker et al, 2007, p. 10). Portanto, é fundamental “descarbonizar a economia” e reduzir o padrão de consumo de energia.

Segundo Sachs (2007 p. 32), na medida em que a saída da civilização do petróleo passa pela produção de biocombustíveis, essa produção abre possibilidades para um novo ciclo do desenvolvimento rural em países como o Brasil. A questão, em última instância, é saber qual é o potencial dos solos cultiváveis e a quantidade de água disponível que permita produzir tanto a segurança alimentar como uma certa quantidade de biocombustíveis (box n1).

A queima de combustíveis fósseis, ao liberar CO₂ para a atmosfera, gera o agravamento do efeito estufa, levando ao chamado aquecimento global. Segundo o professor Dr. Michael E.Mann,

Box (N1): combinando produção energética e de alimento na utilização do solo

Segundo o relatório da FAO (Organização da Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), sistemas agrícolas que combinam culturas que possam ser usadas para produzir alimentos e combustíveis podem ajudar a reduzir a pobreza e impulsionar e impulsionar a segurança alimentar e energética. Segundo o Diretor-Geral Assistente para Recursos Naturais da FAO, Alexander Muller “agricultores podem usar sobras de cultivos de arroz para produção de bioenergia”. Assim, o que é resíduo em um módulo da produção, passa a ser insumo para outro. Com estes sistemas integrados, produtores podem economizar dinheiro, porque não necessitam comprar combustíveis fósseis caros. Aqui, pode-se observar a combinação entre preservação ambiental e eficiência econômica na produção.

Fonte: <https://nacoesunidas.org/integracao-de-culturas-de-alimentos-e-energeticas-pode-reduzir-pobreza/>

“o consenso sobre as mudanças climáticas causada pelos humanos é tão forte quanto em qualquer assunto na ciência. 97% dos cientistas concordam que o planeta está aquecendo e que o clima está mudando por causa da queima de combustíveis fósseis e outras atividades humanas. Infelizmente lutamos contra uma campanha de desinformação massiva feita para confundir o público.”

Tornando ainda mais grave esse contexto, observa-se o alto grau de desmatamento, com liberação enorme de carbono para a atmosfera já que as florestas absorvem carbono através dos troncos e folhas, o que faz com que as emissões sejam “guardadas” pelas árvores (Before the Flood, 2016).

Nesse sentido, observando a problemática ambiental, diversas empresas, hoje, estão assumindo publicamente a importância com essa questão. Em entrevista para o professor e jornalista ambiental André Trigueiro, ele afirma que, quando isso é feito, a empresa assume um compromisso perante consumidores, clientes, acionistas, órgãos reguladores, etc. “O mundo está muito transparente, na era das redes sociais, fica difícil sustentar por muito tempo uma mentira, logo, nós temos uma guinada no setor privado

importante”. Assim, as empresas devem “ajustar os seus meios de produção e de consumo, mobilizar consumidores, estimular comportamentos e hábitos menos perdulários em relação ao meio ambiente”.

Para facilitar a busca por ações mais sustentáveis, o setor privado pode se basear nos objetivos para o desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Dentre os vários ODS dedicados à questão ambiental, a presente pesquisa abordará com mais detalhes o objetivo 7 (energia limpa e acessível), o 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e o 12 (consumo e produção responsáveis) a partir de casos de empresas que possuem projetos para alcançar um ou mais desses objetivos e ao mesmo tempo são capazes de crescer economicamente. Sobre esta última questão, o objetivo a ser analisado é o 8 (trabalho decente e crescimento econômico), mais especificamente nas metas 8.1, 8.2, 8.3, e 8.4.

Empresas e os ODS

Na era do desenvolvimento sustentável, muitas empresas estão buscando equilibrar o crescimento econômico com questões de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Quando a conciliação entre esses fatores é feita, a possibilidade da empresa prosperar torna-se muito maior. Para isso, segundo Trigueiro, as empresas devem “rever a ambição desmedida de crescer já que “qualquer empreendimento que você queira lançar no mundo, para ser chamado de sustentável, precisa respeitar os limites e as capacidades de suporte do meio em que certo projeto está inserido”.

Portanto, ao buscar agir dessa maneira, as empresas têm interesse em garantir que a Agenda 2030 e seus 17 objetivos sejam atingidos. De acordo com participantes do Fórum Empresarial para os ODS, ocorrido em 2019, as empresas que investem nos ODS podem ser mais lucrativas e sustentáveis em médio e longo prazo, e o setor privado é necessário para mobilizar recursos e mecanismos para implementar a Agenda 2030 na América Latina e Caribe (ALC).

Torna-se importante, portanto, analisar como é possível que as empresas contribuam com a Agenda 2030. Segundo o “Guia dos ODS para as empresas”, produzido pela Pacto Global, o setor privado pode contribuir através das suas atividades principais ao avaliar o seu impacto, estabelecer metas ambiciosas e comunicar seus resultados de forma transparente. Através de etapas, abordadas no guia “Business reporting on the SDGs” fica mais claro entender como as empresas podem agir para alcançar o cumprimento de seus objetivos.

A primeira etapa é entender os ODS e suas metas. Ao fazer isso, é importante considerar como os objetivos podem se relacionar com o negócio da empresa. A etapa 2

apresenta orientações sobre a definição de objetivos, seleção de indicadores para medir seus impactos e analisar seu desempenho com relação aos ODS. Por fim, a terceira e última etapa busca divulgar, interpretar e implementar mudanças. Aqui se encontra a relevância da divulgação de relatórios para mostrar as ações feitas pelas empresas³.

A partir da observação de que, na era do desenvolvimento sustentável, a empresa é um dos atores que está buscando ações conscientes, justas e sustentáveis, a presente pesquisa busca analisar alguns casos de projetos feitos por empresas que buscam contribuir para a preservação ambiental, conciliando esse objetivo com o do crescimento econômico. As empresas analisadas serão a Klabin, a EDP e a Estre ambiental.

Casos

Klabin - Gerenciamento de resíduos

A Klabin é a maior produtora e exportadora de papéis do Brasil, além de líder na produção de papéis e cartões para embalagens, sacos industriais e embalagens de papelão ondulado. A empresa preza pelos conceitos de Bioeconomia e Economia Circular (Box N2). O primeiro foca na utilização de recursos sustentáveis ou com base biológica, já o segundo segue a ideia de que tudo o que é extraído da natureza é reintegrado ao ecossistema sem geração de passivo. *Assim, a Klabin diz preservar 214 hectares de florestas nativas e plantar 5 árvores por segundo.* Ainda seguindo ideias ambientalmente sustentáveis, a companhia também busca colocar em prática os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incorporando os temas e objetivos da agenda (2030) à estratégia de sustentabilidade da empresa.

O caso a ser analisado é o *Programa de resíduos sólidos* da empresa. A importância de projetos como esse se dá porque a produção de resíduos provoca contaminação ambiental, principalmente dos recursos do solo, trazendo prejuízos à população. A Klabin possui certos padrões de inovação na gestão dos resíduos sólidos

Box (N2): Economia Circular

A Economia Circular é uma alternativa atraente que busca redefinir a noção de crescimento, com foco em benefícios para toda sociedade. Isto envolve dissociar a atividade econômica do consumo de recursos finitos e eliminar resíduos do sistema. Assim, os resíduos de uma indústria servem para matéria prima reciclada de outra indústria ou para própria. Apoiado por uma transição para fontes de energia renovável, o modelo circular constrói capital econômico, natural e social.

Fonte:

<https://www.ellenmacarthurfoundation.org/pt/economia-circular-1/conceito>

³ Para mais informações sobre como as empresas podem implementar os ODS por meio dessas etapas, ler o guia “Integrando os ODS nos relatórios corporativos: um guia prático” em <https://drive.google.com/file/d/1K6pVoxuCiU-iY-TM7o8XN9jvHnmjSSJN/view>.

gerados nos processos industriais⁴. A Unidade Monte Alegre é um exemplo de inovação dessa gestão já que evita que cerca de 70% dos resíduos gerados sejam destinados a aterro industrial. Além disso, parte desses resíduos são reutilizados como subproduto em diversas aplicações, como a agrícola. Sobre os chamados resíduos perigosos, ele corresponde a menos de 1% do total de resíduos gerados e possui 4 destinações: reciclagem, aterros Classe 1, descontaminação ou utilização como combustível ou incineração.

Assim, a partir do *Programa de resíduos sólidos*, a Klabin tem como principal objetivo contribuir para que cooperativas e associações de municípios se adequem aos requisitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos⁵. O projeto envolve setores da gestão municipal e os catadores locais de lixo, havendo discussões que geram disseminação de conhecimento e ajuda na qualificação e formalização de cooperativas e associações locais. Para além disso, a iniciativa (1) incentiva a geração de empregos, (2) melhora a qualidade da coleta seletiva, (3) eleva o volume de materiais recicláveis e (4) amplia o grau de conscientização da sociedade com relação à educação ambiental.

O projeto se desenvolve a partir de três ações principais. Primeiramente faz-se um diagnóstico social para avaliar as demandas principais de cada município na gestão de resíduos para aí então haver a elaboração de um *Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos*. Esse plano é capaz de viabilizar a captação de investimentos e doações com infraestrutura. Além disso, uma outra vertente do projeto é o Programa de Educação Ambiental. A iniciativa abrange sete municípios paranaenses (Imbaú, Ortigueira, Reserva, Tamarana, Telêmaco Borba, Tibagi ventania), contando com um total de 175 mil habitantes.

O programa foi capaz de gerar mudanças significativas nos municípios a que o projeto se destina. Dentre as transformações encontra-se a implantação da coleta seletiva em Imbaú, Reserva e Tibagi; acompanhamento mensal em seis associações de catadores de materiais recicláveis; distribuição de embalagens retornáveis aos moradores de Imbaú, Ortigueira e Tigabi; fornecimento de estruturas ou equipamentos como caminhões de coleta seletiva e materiais para estruturar a reciclagem; e ação educacional. Nesta última iniciativa foram abordados temas como reciclagem e destinação de resíduos sólidos em salas de aula, além de atividades que ensinaram os alunos a fazer composteira em hortas (forma de eliminar resíduos de forma sustentável e cíclica).

No âmbito da agenda 2030 o Programa atingiu o objetivo 11 (cidades e comunidades sustentáveis), em especial as metas 11.6 e 11a. Sobre a meta 11.6 houve de fato uma redução do impacto ambiental negativo per capita das sete cidades

⁴ As indústrias geram resíduos/ lixo em grande escala e estes necessitam de um tratamento especial, já que possuem o risco de provocar danos ao meio ambiente.

⁵ Essa política (lei 12.305/10) prevê que resíduos que têm valor econômico devem ser reutilizados e; ou reciclados, e os rejeitos devem ser destinados de forma ambientalmente adequada.

participantes, com especial atenção à gestão de resíduos. A meta 11a corresponde a “apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento”. Ao formalizar cooperativas de reciclagem há resultados que envolvem as três relações citadas acima.

Cabe ressaltar que o ano de 2017, ano em que o relatório da sustentabilidade foi feito, foi de grande crescimento para a empresa. Houve o aumento da produtividade nas principais fábricas de papéis e o aumento do volume total vendido pela companhia. “A competitividade de custos e o foco em eficiência operacional, contribuíram para a maximização dos resultados, que apresentaram um crescimento expressivo de 20% na comparação com o ano anterior.” A receita líquida de vendas atingiu R\$ 8.373 milhões, 18% acima do registrado em 2016.

Principais resultados financeiros da Klabin (valores em R\$ milhões)

| | 2017 | 2016 | 2015 |
|---------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Volume de vendas (mil t) | 3.220 | 2.650 | 1.833 |
| Mercado interno | 1.564 | 1.316 | 1.205 |
| Exportação | 1.656 | 1.333 | 627 |
| % Mercado interno | 49% | 50% | 66% |
| Receita bruta | 9.727 | 8.204 | 6.746 |
| Receita líquida | 8.373 | 7.091 | 5.688 |
| Mercado interno | 5.020 | 4.230 | 3.841 |
| Exportação | 3.353 | 2.861 | 1.846 |

Fonte: Klabin, 2017

Portanto, é possível observar que a Klabin, a partir dos objetivos de desenvolvimento sustentável, foi capaz de conciliar o crescimento econômico e a preservação ambiental, mostrando que quando o crescimento econômico é combinado com o pilar ambiental e social pode contribuir de fato para sustentabilidade.

EDP - Eficiência energética

A EDP é uma empresa que atua no setor de energia elétrica com atividades centradas nas áreas da produção, transmissão, distribuição e comercialização. Atua nos mercados europeu (Portugal, Espanha, França, Polônia e Romênia) e americano (Brasil e Estados Unidos), atuando no Brasil há mais de 20 anos. A aposta no desenvolvimento sustentável têm sido um dos principais eixos de negócio incorporados na estratégia da empresa. Priorizando a sustentabilidade completou, em 2018, uma década de permanência no Dow Jones Sustainability Index, que reconhece as empresas líderes em sustentabilidade em nível mundial.

No quesito ambiental, a empresa tornou-se líder na utilização de renováveis (maior porcentagem no investimento da empresa) já que busca alinhar o modelo de negócio à transição energética para o combate às alterações climáticas. Segundo António Mexia, Presidente do conselho de administração executivo, o Grupo EDP está ciente do papel que terá de desempenhar no esforço global para descarbonizar o mundo e atingir o objetivo de limitar o aumento da temperatura global em a 1,5%, como exposto no Relatório Especial 1,5% do painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) sobre aquecimento global.

A prioridade dada pela EDP ao investimento em produção renovável foi iniciada em 2006, antecipando tendências do mercado energético e servindo de exemplo para empresas, mostrando que é possível reduzir as emissões de CO₂. Com isso, a empresa exige um crescimento econômico mais equilibrado, apoiado na ética, buscando a preservação ambiental ao valorizar a biodiversidade e ao limitar a exploração das matérias primas. O investimento na descarbonização têm como objetivos a promoção das energias renováveis através do investimento em nova capacidade eólica, solar e hídrica; descarbonização dos transportes; medidas, programas e projetos de poupança energética; inovação e investigação; instalação de contadores inteligentes. Todos esses objetivos contribuem para os ODS 7, 9 e 12 (BOx das ODS).

A partir desse engajamento do Grupo EDP, é importante analisar duas ações feitas pela empresa no Brasil: a compra da empresa APS - empresa do Rio Grande do Sul, referência nacional em projetos de eficiência energética; e o estabelecimento do projeto EDP Soluções em energia. O novo negócio da EDP, atua no contexto de alteração das condições climáticas ao mudar o comportamento da base de clientes - mais orientada pela busca de economia de gastos - e ao gerar potenciais ganhos do mercado de eficiência energética, ainda pouco explorado. Já o projeto *EDP soluções em energia* possui atuação focada na oferta de tecnologias de eficiência energética de baixo impacto ambiental para reduzir consumo e promover cogeração de energia a partir de fontes alternativas e menos poluentes, reaproveitando insumos industriais.

Além disso, o projeto realiza o diagnóstico completo de instalações para assegurar a solução mais adequada à necessidade de cada cliente e viabiliza os investimentos. Assim, os custos no consumo de energia são reduzidos e não há investimento por parte do contratante. Os principais pilares de atuação da iniciativa são: (1) Aliar a eficiência energética ao melhor desempenho da iluminação a partir da escolha adequada da luminária, do tipo de lâmpada e do modelo de negócio; (2) implementar um sistema de climatização para unir menor custo de operação e maior economia; e gerar vapor com a biomassa, oferecendo uma alternativa energética economicamente viável e sustentável.

Há questionamentos, entretanto, sobre potenciais entraves econômicos com a descarbonização feita através da produção de energias renováveis. Em oposição a essa

ideia, porém, o que a empresa mostra em seu Relatório de Sustentabilidade (2018) é que os últimos anos têm demonstrado a competitividade de várias tecnologias renováveis no setor elétrico, sendo já mais econômicas que os combustíveis fósseis em vários mercados. Dois mecanismos têm sido utilizados para otimizar economicamente a descarbonização: internalização, nos mercados de energia, dos custos ambientais e sociais provocados pela emissão de carbono; e leilões competitivos. No primeiro, ao atribuir um custo associado a essas emissões é possível estipular o preço necessário para fomentar o investimento em eficiência energética e tecnologias de baixo carbono. Esta estratégia⁶ já foi implementada em 46 países da Europa. O segundo mecanismo diz respeito aos leilões competitivos e têm sido adotado para garantir que os investimentos necessários em tecnologias renováveis ocorram ao menor preço possível.

Assim, os contratos corporativos de aquisição de energia têm refletido a crescente vontade das empresas em cumprir com os seus objetivos ambientais e reduzir a incerteza com os seus custos de energia. Além disso, o desempenho global da EDP têm melhorado ao longo dos últimos anos - equilibrando as dimensões ambiental, social e de governança - sendo incluída nos índices ESG mais consolidados no mercado financeiro. Na implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), o objetivo 8 (crescimento econômico e trabalho decente) foi alcançado pela EDP ao atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação (meta 8.2) e ao melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental (meta 8.4). Além disso, em 2018, a contribuição fiscal global do Grupo EDP para a receita pública dos vários países onde está presente ascendeu a cerca de 4 milhões de Euros, o que contribui para o PIB desses países.

Sobre a implementação dos ODS numa perspectiva ambiental, a empresa, por meio do seu projeto EDP soluções em energia, contribui com os objetivos 7, 9 e 12. Sobre o objetivo 7 (energia limpa e acessível), a empresa foi capaz de contribuir para as metas 7.2 e 7.3 já que aumentou substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global e contribuiu para dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética. Por meio do objetivo 9 (Indústria, inovação e infraestrutura) a companhia ofertou tecnologias de eficiência energética de baixo impacto ambiental. E, por fim, ao utilizar de forma eficiente os recursos naturais e, ao adotar práticas sustentáveis e integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios o Grupo EDP foi capaz de alcançar as metas 12. 1 e 12.6.

⁶ Sobre a internalização dos custos, Cavalcanti (2000) define o conceito como o processo de se incorporar aos preços dos produtos os custos ambientais, mensurando o valor real dos recursos utilizados, sendo essa uma maneira necessária para o desenvolvimento sustentável.

Portanto, a empresa EDP foi capaz de conciliar o crescimento econômico e a preservação ambiental ao prezar um crescimento econômico equilibrado, apoiado na ética e no equilíbrio dos pilares ambiental, social e econômico que são a base para o desenvolvimento sustentável.

Estre Ambiental - Biogás: Energia limpa e competitiva para o Brasil crescer

A Estre Ambiental é a maior empresa de serviços ambientais do Brasil. Ela atua há 20 anos no mercado e considera o lixo o começo de um ciclo. Isso porque a empresa é responsável por gerir resíduos, prestando serviços tanto às cidades e aos cidadãos, quanto às empresas. Sérgio Pedreiro, CEO da empresa, afirma que nas cidades, a companhia atua na coleta, tratamento e valorização do resíduo, ajudando na construção de municípios mais limpos e sustentáveis. Para o cidadão, traz mais qualidade de vida, bem-estar e saúde. E, para as empresas diminui o impacto de sua cadeia de valor, garante responsabilidade ambiental e gera uma organização baseada na economia circular.

Assim, a empresa oferece importantes soluções na gestão de resíduos a partir dos Centros de Gerenciamento de Resíduos (CDR) e atua na transformação do lixo em energia por meio da produção de Combustível Derivado de Resíduos (CDR) como o Biogás; na manufatura reversa, processo que reaproveita mais de 85% do lixo eletrônico; na reciclagem de resíduos da construção civil e tratamento do lixo hospitalar, reduzindo em até 70% esses resíduos; e na descontaminação de solos por biorremediação. A busca por soluções como essas são muito importantes visto que mais da metade do volume de resíduos sólidos urbanos ainda não têm destinação adequada. A Estre passa, então, a estar à frente da consolidação do mercado da gestão de resíduos, que segue em franca expansão, e em 2017, abriu seu capital, que passou a ter suas ações negociadas na bolsa de valores americana, Nasdaq. A Estre foi capaz, em 2017, de gerar 412,1 mil créditos de carbono, 82 GWh de energia gerada a partir do Biogás (suficiente para atender 180 mil habitantes) e atuar em 7 estados brasileiros.

A partir de todas as funções que a Estre desempenha, a produção de Biogás como energia limpa favorece a diminuição das emissões de gases do efeito estufa (GEE) e, portanto, deve ser analisado à luz do desenvolvimento sustentável. O Biogás tem origem na decomposição do lixo doméstico, de restos de podas de árvores e outros compostos orgânicos que são dispostos nos aterros sanitários (a Estre possui 13 aterros). Em 2017, a empresa foi capaz de gerar 82 GWh de energia a partir do biogás por meio das usinas instaladas nos aterros de Guatapará, em São Paulo e Fazenda Rio Grande, no Paraná. O destino dessa energia vai para as operações da própria empresa mas a maioria é usada pelo consumidor final. Assim, a produção foi capaz de atender a 180 mil habitantes e a

empresa evitou a emissão de 15,8 mil toneladas de metano⁷ na atmosfera. O potencial da empresa, entretanto, pode superar 60 megawatts e ser capaz de abastecer quase 1 milhão de pessoas.

A contribuição da empresa para os ODS passa a ser, então focada no objetivo 7 (energia limpa e acessível), em especial as metas 7.2 e a 7b, e nos objetivos 11, 12 e 13. A companhia foi capaz de aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global (7.2) e de expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento (7.b). Além disso, ao contribuir para geração de cidades mais limpas e sustentáveis, a empresa contribuiu com o objetivo 11. Sobre o objetivo 12 (consumo e produção responsáveis), a empresa foi capaz de alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais (12.2); alcançar o manejo ambientalmente saudável dos resíduos e reduzir a liberação destes no solo e ar principalmente, diminuindo impactos na saúde humana e no meio ambiente (12.4); e reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da reciclagem (12.5). Por fim, a empresa contribuiu com o objetivo 13 ao diminuir as emissões de GEEs, evitando a emissão de 15,8 mil toneladas de metano, por exemplo, agindo contra a mudança global do clima.

No quesito econômico, a geração de energia a partir do biogás possui alta viabilidade econômica, sendo incentivo para ser usado pelos municípios. Além disso a integração com usinas de energia elétrica abastecidas com biogás dos aterros cria receitas adicionais que viabilizam os investimentos necessários com benefícios ambientais sustentáveis a longo prazo. Sobre os resultados econômicos da empresa, em 2012, apesar de a receita líquida da empresa ter tido queda de 2,0%, essa queda foi parcialmente compensada pelo aumento de receita no segmento de aterros sanitários e de clientes privados de coleta. Registrou um lucro líquido de R\$ 52 milhões e o EBITDA cresceu 7%. Assim, pode-se observar a contribuição da empresa no objetivo 8 da Agenda 2030: Crescimento econômico e trabalho decente com destaque para as metas 8.2 (nível mais elevado de produção por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação) e 8.4 (melhora progressiva da eficiência dos recursos globais no consumo e na produção e dissociação entre crescimento econômico e degradação ambiental). A conciliação entre as dimensões ambiental e econômica também é alcançada por esta empresa.

Considerações Finais

O presente Briefing foi capaz de mostrar que já existem iniciativas, por parte de empresas, capazes de equilibrar a dimensão ambiental e a do crescimento econômico,

⁷ O metano, que representa 55% do biogás, se não for controlado por processos adequados, pode ser 21 vezes mais danoso ao meio ambiente do que o dióxido de carbono, potencializando o efeito estufa.

dimensões estas presentes nos objetivos de Desenvolvimento sustentável. O setor privado e demais atores, como os Estados e a sociedade civil, passaram a repensar concepções pautadas na exploração de recursos a todo custo a partir dos anos 70, quando a questão ambiental começou a ser mais debatida. Além disso, quando novas alternativas ao crescimento econômico desenfreado surgem, tal como o desenvolvimento sustentável, esses atores, principalmente com o surgimento da agenda 2030, se deparam com um modelo no qual podem se apoiar para alcançarem a sustentabilidade.

Ao abordar as questões Economia e Meio Ambiente, estudos mostram correlações positivas entre o desempenho do investimento e o comprometimento com questões ambientais. Assim, para contribuir com a adesão de empresas nos ODS, o PNUD está desenvolvendo um conjunto de padrões para os investidores e as empresas definirem metas, medirem desempenho e avaliar seus impactos no avanço do bem global, visto que relatórios e auditorias sobre sustentabilidade ainda não são padronizados. Isso contribuirá para conectar investidores com oportunidades de investimentos sustentáveis.

Os casos do presente Briefing foram abordados para mostrar que é possível conciliar preservação ambiental e crescimento econômico, além de terem tido função de vitrine de modelos a serem seguidos por outras empresas para incentivá-las. O sucesso nesses casos não quer dizer que a maioria das empresas estão agindo de forma sustentável, caso contrário, não se estaria vivendo um contexto de crise ambiental global. O presente Briefing, serviu justamente para apontar o problema da questão ambiental, mostrar que as empresas são um dos atores responsáveis por ela, visto a sua inserção no sistema capitalista de exploração de recursos e, a partir disso, mostrar casos de sucesso na conciliação entre crescimento econômico e preservação ambiental para incentivar esse movimento a outras empresas. Organizações como a ONU, através do PNUD, e o Pacto Global são agentes que estão contribuindo para o alcance da Agenda 2030 nas empresas.

Referências

- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento**: Saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.
- ANGOTTI, M.; BISPO, Oscar N de A.; MOREIRA, Rafael de L. **Impacto da Internalização dos Custos Ambientais decorrentes da emissão de gases do efeito estufa nas empresas**, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/andre/Downloads/Dialnet-ImpactoDaInternalizacaoDosCustosAmbientaisDecorren-4172174%20(1).pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.
- ESTRE. Disponível em: <http://www.estre.com.br/sobre-a-estre/quem-somos/>. Acesso em? 21 out. 2019.
- BECKER, Bertha K.; BUARQUE, Cristovam; SACHS, Ignacy**. Dilemas e Desafios do Desenvolvimento sustentável no Brasil. **Rio de Janeiro: Garamond, 2007**.
- BEFORE the Flood. Direção de Fisher Stevens, 2016.
- D'ALISA, G; DEMARIA, F; KALLIS, G. **Decrescimento**: Vocabulário para um novo mundo. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016.
- EDP. **Relatório de sustentabilidade de 2018**. Disponível em: <https://www.edp.com/sites/default/files/portal.com/documents/relatorio_de_sustentabilidade_2018_pt_0.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.
- EDP. **EDP organiza diálogos sobre energia e sustentabilidade no Sustainable Brands São Paulo 2017**. Disponível em: <http://www.edp.com.br/noticias/edp-organiza-dialogos-sobre-energia-e-sustentabilidade-no-sustainable-brands-sao-paulo-2017>. Acesso em: 21 out. 2019.

ELLEN Macarthur Foundation. **Economia Circular**. Disponível em: <<https://www.ellenmacarthurfoundation.org/pt/economia-circular-1/conceito>>. Acesso em: 21 out. 2019.

ESTRE. **Relatório de sustentabilidade**, 2017. Disponível em: <http://www.estre.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Estre_Relatorio_Port_14set_Site.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

FATHEUER, Thomas. *Nova Economia da Natureza: Uma introdução crítica*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

GREEN CITY. **Sustentabilidade nas empresas - André Trigueiro**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SQBSXZfwakA>>. Acesso em: 21 out. 2019.

KLABIN. **Relatório de sustentabilidade**. em: Competitividade e resultados, 2017. Disponível em: <<http://rs.klabin.com.br/competitividade-e-resultados/>>. Acesso em: 21 out. 2019.

KLABIN. **Relatório de sustentabilidade**. em: Meio Ambiente, 2017. Disponível em: <<http://rs.klabin.com.br/meio-ambiente/>>. Acesso em: 21 out. 2019.

KLABIN. Disponível em: <<https://www.klabin.com.br/futuro-renovavel/>>. Acesso em: 21 out. 2019.

KLABIN. Disponível em: <<https://www.klabin.com.br/sustentabilidade/>>. Acesso em: 21 out. 2019.

KLABIN S.A. **Seu lixo têm futuro**, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rLNDoxTFgkk>>. Acesso em: 21 out. 2019.

LANGERT, Bob. **10 Minutes with Chris Coulter, GlobeScan**, 2018. Disponível em: <<https://www.greenbiz.com/article/10-minutes-chris-coulter-globescan>>. Acesso em: 21 out. 2019.

MATOS, Richer de A.; ROVELLA, Syane B.C. **Do crescimento econômico ao Desenvolvimento Sustentável: Conceitos em evolução**. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-cc-adm/pdf/n3/DO-CRESCIMENTO-ECONOMICO-AO-DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL-CONCEITOS-EM-EVOLUCAO.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2019.

MEAD, Leila. **LAC Fórum Highlights Need for Private Sector to Help Implement SDGs**. 2019. Disponível em: <http://sdg.iisd.org/news/lac-forum-highlights-need-for-private-sector-to-help-implement-sdgs/?utm_medium=email&utm_campaign=2019-04-26%20-%20SDG%20Weekly%20Update%20AE&utm_content=2019-04-26%20-%20SDG%20Weekly%20Update%20AE+CID_doa2041868a3a1c98741cbd8bb89ff2&utm_source=cm&utm_term=LAC%20Forum%20Highlights%20Need%20for%20Private%20Sector%20to%20Help%20Implement%20SDGs>. Acesso em: 21 out. 2019.

MIRANDA, Caio. **OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EXIGEM AGILIDADE DAS EMPRESAS**, 2018. Disponível em: <<https://www.sitawi.net/noticias/ods-exigem-agilidade-das-empresas/>>. Acesso em: 21 out. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 21 out. 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Integração de culturas de alimentos e energéticas pode reduzir pobreza**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/integracao-de-culturas-de-alimentos-e-energeticas-pode-reduzir-pobreza/>>. Acesso em: 21 out. 2019.

PACTO GLOBAL. **Guia dos ODS para as empresas**: Diretrizes para implementação dos ODS na estratégia dos negócios. Disponível em: <<https://cebds.org/wp-content/uploads/2015/11/Guia-dos-ODS.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2019.

PACTO GLOBAL. **Integrando os ODS nos relatórios corporativos**: um guia prático. 2018. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1K6pVoxuCiU-iY-TM7o8XN9jyHnmjSSJN/view>>. Acesso em: 21 out. 2019.

PACTO GLOBAL. **Eficiência Energética em ação - EDP**. Disponível em: <<https://www.pactoglobal.org.br/info-case/15>>. Acesso em: 21 out. 2019.

PACTO GLOBAL. **Biogás: energia limpa e competitiva para o Brasil crescer - Estre Ambiental**. Disponível em: <<https://www.pactoglobal.org.br/info-case/11>>. Acesso em: 21 out. 2019.

PACTO GLOBAL. **Gerenciamento de resíduos (Finalista do Prêmio ODS) - Klabin**. Disponível em: <<https://www.pactoglobal.org.br/info-case/25>>. Acesso em: 21 out. 2019.

PERICO, Ana E.; REBELATTO, Daisy A. do N.; SANTANA, Naja B. **Crescimento Econômico, Desenvolvimento Sustentável e Inovação Tecnológica - uma discussão teórica**, 2011. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2011_TN_STO_145_912_18938.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

STEINER, Achim. **Funding to achieve the Global Goals exists—here’s how governments can tap it**, 2019. Disponível em: <https://www.undp.org/content/undp/en/home/blog/2019/funding-to-achieve-the-global-goals-existsheres-how-governments-.html?utm_source=email&utm_medium=newsletter&utm_source=United+Nations+Development+Programme&utm_campaign=b6112fd132-EMAIL_CAMPAIGN_2019_06_14_01_54&utm_medium=email&utm_term=0_e8640e0633-b6112fd132-130051897&mc_cid=b6112fd132&mc_eid=fb9e8c30ff>. Acesso em: 21 out. 2019.

UNIVESP. **Livro 128: Capitalismo e Colapso Ambiental**: Luiz Marques. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_tuBDRmrqTs>. Acesso em: 21 out. 2019.

WAY CARBON. **Como os ODS vêm sendo incorporados pelas empresas?**, 2019. Disponível em: <<https://blog.waycarbon.com/2019/03/ods-incorporados-pelas-empresas/>>. Acesso em: 21 out. 2019.